

A revitalização das aldeias tradicionais

Novas propostas, velhas soluções

Ao longo dos anos, diversas regiões de Portugal têm sido palco de inúmeros programas de revitalização económica, desenvolvimento rural e recuperação do património arquitectónico. No entanto, olhando para os resultados alcançados, o balanço não é muito positivo, sendo importante rever a natureza e a lógica destas intervenções.

Nos últimos anos, tem-se assistido em Portugal a uma crescente concentração das atenções e esforços, por parte dos diferentes organismos responsáveis pela concepção e implementação das políticas de desenvolvimento rural, na recuperação patrimonial e na revitalização económica das aldeias. Não há programa nacional ou regional que não contemple uma medida ou acção destinada a financiar acções de requalificação arquitectónica e urbanística e de valorização do potencial turístico dos aglomerados rurais com o objectivo, mais ou menos explícito, de minimizar as ameaças de esvaziamento demográfico e de declínio económico e social com que se debate o mundo rural, sobretudo das regiões do interior. Os dois exemplos mais conhecidos são o Programa das Aldeias Históricas e o dos Centros Rurais.

DIVERSOS PROGRAMAS

O Programa das Aldeias Históricas, lançado em meados dos anos 90, no âmbito do Programa de Promoção do

Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR), abrangeu dez “aldeias” da região Centro, todas elas possuidoras de um património histórico e arquitectónico relevante e/ou valioso. Teve como objectivo principal estancar o processo de degradação patrimonial e económico, e contemplou, numa primeira fase, um conjunto de acções de natureza infra-estrutural: recuperação dos monumentos e das fachadas das casas, enterramento de cabos eléctricos e de comunicações, criação de novos alojamentos turísticos, qualificação dos espaços públicos e melhoramento dos acessos. Só a partir de 1998 se sentiu a necessidade de passar à fase da dinamização socioeconómica, de forma a «tornar as aldeias não apenas visitáveis, mas também habitáveis». Quanto aos Centros Rurais, a iniciativa partiu do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, do Ministério do Planeamento e do Ministério do Emprego e da Segurança Social, e teve por objectivos melhorar a qualidade de vida das populações e valorizar os recursos

locais, nomeadamente patrimoniais, turísticos e agrícolas.

Com o arranque do III QCA, multiplicaram-se as intenções governamentais de alargar estas experiências a outras regiões do País, em áreas de baixa densidade populacional e com problemas de desenvolvimento: Alto Minho, Côa, interior do Algarve, Alentejo – onde se prevê criar uma rede de “Aldeias da Água”, em torno da barragem do Alqueva – e no Vale do Douro, onde surgiu o Programa das “Aldeias Vinhateiras”. Além destas iniciativas, têm surgido outras propostas de âmbito local ou regional, nomeadamente no Interior Norte onde foram elaborados os Programas das Aldeias de Quarta Geração, das Aldeias Fronteiriças e das Aldeias da Terra Quente, por iniciativa da Federação dos Agricultores de Trás-os-Montes e Alto Douro (no primeiro) e da Associação de Municípios da Terra Fria e da Fundação Rei Afonso Henriques (no segundo). Note-se, antes de mais, que estas intervenções não são nem novas, nem inovadoras. No final dos anos 30,

António Ferro concebeu e organizou o Concurso da “Aldeia mais Portuguesa de Portugal” procurando assim incitar as elites rurais e o povo a “alindarem” as suas aldeias, como complemento à política salazarista dos melhoramentos rurais e como forma de propagar os valores e os ideais do conservadorismo nacionalista do regime. Nos anos 60 foi lançado, em Trás-os-Montes, o Programa das Aldeias Melhoradas com objectivos muito similares. Ainda nesta região, no início dos anos 80, foi lançado um programa de desenvolvimento rural (o PDRITM), que apontava para a criação de Centros de Apoio Rural (pólos de desenvolvimento), onde deveriam ser concentrados investimentos de melhoria da qualidade de vida das populações (acessibilidades, saneamento básico, equipamentos escolares e de saúde), criando assim condições para a fixação da população. Esta beneficiaria ainda das intervenções em favor de um desenvolvimento agrícola marcado pela modernização das estruturas de produção e pelo incremento da produção agrícola.

BALANÇO POUCO POSITIVO

Ora o balanço destas intervenções não é, de forma alguma, muito positivo, uma vez que os objectivos iniciais não foram alcançados, nomea-


damente no que diz respeito ao combate ao processo de esvaziamento demográfico e de declínio económico e social da maioria das aldeias intervencionadas. Por isso mesmo, pensamos ser oportuno questionar a forma e o modo como estes programas têm vindo a ser concebidos e implementados e, sobretudo, o seu real impacto em termos de desenvolvimento rural.

Em primeiro lugar, tratam-se, regra geral, de projectos impostos de cima para baixo, que não favorecem uma verdadeira participação das entidades locais e das populações desde a fase inicial do processo, estando por isso condenados a ser mais uma das múltiplas medidas das políticas territoriais sem enraizamento social e institucional local.

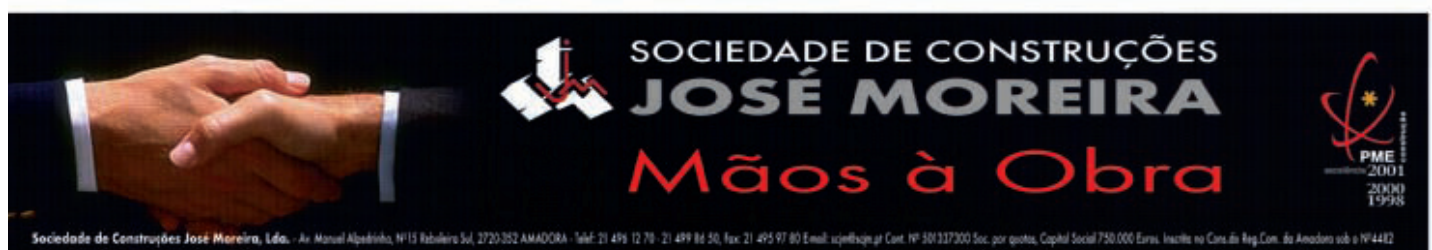
Em segundo lugar, tratam-se de programas excessivamente orientados para as actividades turísticas, marginalizando ou desprezando a realidade social e a base produtiva agrícola destes aglomerados. Ora, como parece estar plenamente demonstrado, nenhum processo de desenvolvimento rural poderá assentar exclusivamente na vertente turística, nem as actividades relacionadas com turismo rural poderão sobreviver sem a manutenção das actividades agrícolas.

Finalmente, em terceiro lugar, a apos-

ta excessiva nas acções infra-estruturais em detrimento das acções imateriais, mais difíceis de implementar porque faltam as dinâmicas locais, ancoradas em bases económicas e sociais sólidas, capazes de fixarem populações e de sustentarem, a longo prazo, os processos de desenvolvimento rural.

Face aos insucessos das intervenções anteriores, importa pois rever a natureza e a lógica destes programas, procurando reforçar a participação das populações e dos agentes locais em todas as fases do processo, assegurando uma maior articulação entre as diferentes componentes infra-estruturais, sociais e económicas e evitando a tentação de transformar estas aldeias numa espécie de “reservas etnográficas” que mais não servem que alimentar um neo-ruralismo de cariz folclórico incapaz de resolver os principais problemas com que se debatem os territórios rurais. 

LUÍS RAMOS,
Engenheiro, Professor Associado da UTAD



**SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES
JOSÉ MOREIRA**
Mãos à Obra

Sociedade de Construções José Moreira, Lda. - Av. Manuel Albuquerque, Nº15 Rubiense Sul, 2720-352 AMADORA - Telef: 21 496 12 70 - 21 499 84 50, Fax: 21 495 97 80 E-mail: scj@scj.pt Cont. Nº 501317300 Soc. por quotas, Capital Social 750.000 Euros. Inscrita no Cens. do Reg. Com. da Amadora sob o Nº4442

PME 2001
2000
1998